GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado de Habitação

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Concurso Público

ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO FUNDIÁRIO

ANÁLISE ESPACIAL / ENGENHARIA FLORESTAL

Data: 11/03/2012
Duração: 3 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este Caderno, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos
01 a 10	11 a 20	21 a 50

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo: A B ■ D E

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas.**

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões ***não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato****.*

Somente decorridas 2 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas.** Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

GOVERNO DO Rio de Janeiro

FUNDAÇÃO CEPERJ
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

Rio2016

www.ceperj.rj.gov.br
sac@ceperj.rj.gov.br

PORTUGUÊS

A consolidação da regularização fundiária como política urbana no Brasil

A promulgação da Constituição Federal em 1988 coroou o longo processo de democratização do país iniciado, ainda, no final dos anos 1970. A democratização do país foi a ocasião propícia para uma reflexão mais acurada sobre a integração socioespacial das camadas urbanas mais desprotegidas, tanto no plano jurídico quanto no plano social. Diante das pressões dos movimentos sociais urbanos, o capítulo constitucional sobre a política urbana (artigos 182 e 183) reconheceu que tanto a propriedade quanto a própria cidade devem exercer uma função social. Esse mesmo artigo estabeleceu que o município exerce, de agora em diante, um papel central na elaboração e na aplicação das políticas de desenvolvimento urbano local. O instrumento de base dessa política é doravante o Plano Diretor municipal, exigência constitucional para todas as cidades com mais de 20 mil habitantes. As disposições desse capítulo constitucional se focalizam, assim, na instituição de medidas aptas a dissuadir a concentração especulativa do solo, assim como possibilitar a legalização das formas informais de acesso à moradia.

Este último aspecto revela-se crucial diante do índice de informalidade fundiária das cidades brasileiras. Segundo Edésio Fernandes (2002, p.52), essa informalidade pode atingir, por exemplo, quase 50% da população das duas principais metrópoles brasileiras (São Paulo e Rio de Janeiro). Ao regulamentar as disposições do supracitado capítulo constitucional, a lei do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001) contribuiu para consolidar a regularização fundiária como uma das principais diretrizes da política urbana no Brasil. Antes de analisarmos as disposições da legislação brasileira sobre esse assunto, impõe-se, inicialmente, uma breve análise das diferentes questões sociopolíticas relativas à legalização do solo.

A regularização fundiária consiste em regularizar a posse dos habitantes e promover a urbanização do local sem recorrer à remoção da população para outras localidades. A regularização fundiária é frequentemente limitada à transferência de títulos fundiários, sobretudo os de propriedade privada. Medida, aliás, preconizada como "solução milagrosa" pelas instituições internacionais e celebrizada, nos últimos anos, pelos trabalhos do economista peruano Hernando de Soto. Os governos dos países em desenvolvimento abandonaram, a partir dos anos 1980, os esforços para a construção em massa de moradias populares na periferia das cidades e se concentraram, sobretudo, na ideia de que a legalização do informal, aliada a uma desregulamentação mais acentuada do mercado imobiliário, poderia atenuar o preço do solo, suscitando, enfim, uma oferta mais consistente de moradias, erguidas, geralmente, pela autoconstrução. O balanço que se obtém 20 anos mais tarde é, todavia, um enorme fracasso. A regularização fundiária, onde foi efetivamente realizada, liberou o solo e desencadeou uma pressão do mercado imobiliário sobre os bairros beneficiados que eram, até então, relativamente protegidos, justamente em razão da sua ilegalidade. O fenômeno atual de segregação urbana torna-se, assim, mais um produto derivado das leis de mercado que o resultado da recusa, por parte das autoridades públicas, do reconhecimento oficial da existência dos bairros informais. A solução do mercado originou outras formas de exclusão que apenas fizeram aumentar o círculo de informalidade, agora concentrado nas regiões cada vez mais periféricas, insalubres e/ou ecologicamente precárias das cidades.

Esse modelo, ao menos no caso específico das favelas, foi apenas parcialmente aplicado no Brasil. A política de urbanização das favelas, implementada a partir dos anos 1980, não foi necessariamente seguida da regularização fundiária plena desses espaços. A ilegalidade fundiária, conjugada à violência imposta pelos narcotraficantes num grande número de favelas, desestimula, nos dias atuais, a entrada dos grandes promotores imobiliários no mercado imobiliário das favelas. O fim das políticas de remoções em massa e a ausência de um controle público mais efetivo sobre o crescimento das favelas asseguraram, todavia, a relativa segurança da posse dos habitantes das favelas e o florescimento do mercado imobiliário no interior desses espaços. Esse mercado se apresenta concentrado nas mãos de alguns "latifundiários", muitas vezes ligados às redes mafiosas locais. A flexibilidade urbanística nas favelas permite, ainda, uma oferta consistente de habitações a preços reduzidos. A despeito da especulação imobiliária, as favelas se revelam, pelo menos por enquanto, um relevante meio de acesso à moradia para as camadas mais desfavorecidas das metrópoles brasileiras.

Nesse contexto, a regularização fundiária deve-se concentrar menos sobre uma lógica mercadológica de fluidificação das transações imobiliárias e de alargamento da base fundiária fiscal do município do que sobre a redução da insegurança que afeta as relações fundiárias, como aliás já destacou a campanha pela segurança da posse, promovida pela UN-Habitat, desde 1997. A precariedade jurídica do acesso ao solo nas favelas sempre serviu como justificativa não somente para as expulsões arbitrárias, mas também para a ausência de serviços públicos adequados nesses espaços. A insegurança fundiária também limitou o investimento dos moradores em suas casas e em seus bairros. A regularização fundiária se manifesta, assim, como um elemento imprescindível para se materializar o direito à moradia, integrando, aliás, esse direito específico ao leque de direitos que constitui o direito à cidade.

A legalização da moradia garante, de fato, direitos sociopolíticos às populações das favelas que adquirem recursos jurídicos indispensáveis para enfrentar os diferentes conflitos de ordem fundiária/imobiliária, seja entre vizinhos, seja ante os pretensos proprietários dos terrenos ocupados pela favela, ou mesmo ante as autoridades públicas. A regularização fundiária pode, por sua vez, desempenhar um importante papel na planificação urbana, por meio da imposição de regras urbanísticas às construções e ao uso do solo nas favelas. Dependendo da natureza do título outorgado aos habitantes, ela pode até mesmo contribuir ativamente para a gestão do fundiário, limitando tanto a excessiva valorização do solo quanto o aumento da exclusão espacial no interior das metrópoles.

(Adaptado de: GONCALVES, R.S. Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial. *Estud. av.*, 2009, vol.23, n.66. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000200017&lng=en&nrm=iso>)

01. O texto defende a ideia de que a:

A) regularização fundiária das favelas é fundamental para garantir o direito à moradia das populações urbanas
B) legalização da moradia garante os direitos das populações das favelas pois promove a planificação urbana
C) precariedade jurídica do acesso ao solo nas favelas serve como mecanismo para garantir direito à moradia
D) legitimação da posse dos habitantes das favelas atenua o preço do solo e aumenta a oferta de moradia
E) realização da regularização fundiária desencadeou uma pressão do mercado sobre os bairros beneficiados

02. Segundo o texto, é correto afirmar que a Constituição Federal de 1988:

A) respondeu a uma reflexão inadequada sobre a política urbana ocorrida durante a redemocratização do país
B) garantiu a função social da propriedade, fazendo eco às reivindicações dos movimentos sociais urbanos
C) estabeleceu que o governo federal e os estaduais não têm ingerência sobre a política urbana
D) determinou que todos os municípios tenham um Plano Diretor que vise ao desenvolvimento urbano local
E) estimulou a criação do Estatuto da Cidade, que não funcionou em função da pressão do mercado

03. O texto é um fragmento de artigo acadêmico. Dentre as características desse gênero, o texto **não** apresenta:

A) predomínio da impessoalidade
B) citações explícitas de outros textos
C) preponderância de sequências descritivas
D) emprego da norma de prestígio
E) presença de argumentação

04. "Antes de analisarmos as disposições da legislação brasileira sobre esse assunto, impõe-se, inicialmente, uma breve análise das diferentes questões sociopolíticas relativas à legalização do solo."

(2º parágrafo)

No fragmento acima reproduzido, o emprego da 1ª pessoa do plural tem o papel de:

A) designar um sujeito coletivo que se responsabiliza pelo que foi dito
B) incluir enunciador e leitor, para aproximá-los
C) evitar a 1ª pessoa do singular como estratégia de polidez
D) marcar um sujeito institucional, representado pela universidade
E) indicar um enunciador coletivo, mas difuso e amplificado

05. No 4º parágrafo, a palavra "latifundiários" encontra-se entre aspas porque:

A) designa o signo linguístico em si mesmo
B) indica um uso diferente do sentido usual
C) delega a compreensão do sentido ao leitor
D) atribui a outros enunciadores o dito
E) sugere o seu pertencimento a outro código linguístico

06. "A precariedade jurídica do acesso ao solo nas favelas sempre serviu como justificativa não somente para as expulsões arbitrárias, mas também para a ausência de serviços públicos adequados nesses espaços [...]"

(5º parágrafo)

No fragmento acima reproduzido, "mas também" apresenta valor semântico de:

A) adversidade
B) causalidade
C) concessão
D) condição
E) adição

07. De acordo com o texto, no que diz respeito à política de regularização fundiária, o comentário correto para a chamada "solução milagrosa" é:

A) foi amplamente empregada por países desenvolvidos para a legalização das moradias informais
B) atenuou o preço do solo, mas fracassou principalmente nos países em desenvolvimento
C) realizou a regularização fundiária e proporcionou a diminuição do preço do solo urbano
D) fracassou, pois ocorreu uma pressão do mercado imobiliário nos bairros beneficiados
E) triunfou no Brasil, embora não tenha havido uma regularização fundiária plena das favelas

08. "Esse modelo, ao menos no caso específico das favelas, foi apenas parcialmente aplicado no Brasil."

(4º parágrafo)

No fragmento acima, o trecho entre vírgulas tem um papel:

A) explicativo
B) distributivo
C) enumerador
D) resumidor
E) comparativo

09. No texto, parte-se do pressuposto de que:

A) há serviços públicos adequados nos espaços legalizados e nos não legalizados
B) as favelas representam meio de acesso inadequado à moradia
C) os direitos sociopolíticos da população das favelas estão garantidos
D) ocorrem expulsões arbitrárias de cidadãos cujas moradias não são legalizadas
E) a exclusão espacial nas cidades brasileiras valoriza o solo

10. No texto usa-se em sentido figurado a palavra:

A) coroou *(1º parágrafo)*
B) crucial *(2º parágrafo)*
C) celebrizada *(3º parágrafo)*
D) narcotraficantes *(4º parágrafo)*
E) vizinhos *(6º parágrafo)*

CONHECIMENTOS GERAIS

11. De acordo com os princípios fundamentais expressos na Constituição do Estado do Rio de Janeiro, **não** se vincula à soberania popular:

A) sufrágio universal
B) plebiscito
C) referendo
D) iniciativa popular do processo legislativo
E) educação ampla

12. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro organiza internamente os poderes do Estado, dentre os quais encontra-se o seguinte:

A) Igreja
B) Imprensa
C) Povo
D) Legislativo
E) Ministério Público

13. No exercício de sua autonomia, o Estado do Rio de Janeiro pode vincular-se a outros órgãos para consecução dos objetivos inerentes à proteção do patrimônio público, podendo, nessa trilha, nos termos da Constituição Estadual, estabelecer convênios com os seguintes órgãos, **exceto**:

A) União
B) Empresas Tabagistas
C) Municípios
D) Fundações Públicas
E) Estados Federados

14. Nos termos da legislação especial, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) tem natureza jurídica de:

A) Fundação
B) Sociedade de Economia Mista
C) Autarquia
D) Secretaria
E) Empresa Pública

15. Nos termos da legislação estadual, o ITERJ possui inúmeras competências dentre as quais **não** se inclui:

A) desenvolver estudos e fixar critérios para a utilização das terras, sejam públicas ou privadas, e identificar terras abandonadas, subaproveitadas e reservadas à especulação
B) organizar serviços e documentação cartográfica, topográfica e cadastral, bem como de estatísticas imobiliárias necessárias para atingir os objetivos da política agrária ou fundiária
C) promover regularização fundiária e intermediar conflitos pela posse da terra
D) adquirir terras através de procedimentos judiciais ou extrajudiciais para regularização fundiária urbana e rural
E) fornecer subsídios financeiros para empresas que pretendam atuar no Estado com a finalidade de proporcionar desenvolvimento econômico

16. Nos termos da legislação estadual, o ITERJ possui autonomia financeira. Sobre esse tema, é correto afirmar:

A) O Instituto tem suas despesas custeadas totalmente pelo Tesouro Estadual mediante dotação orçamentária específica.
B) Os serviços prestados pelo ITERJ são gratuitos e realizados amplamente, inclusive fora do território estadual.
C) Poderão integrar o orçamento do ITERJ verbas obtidas de convênio com a União Federal.
D) O Diretor-Presidente do ITERJ é exclusivamente o gestor de contas do órgão.
E) O ITERJ não pode receber doações de entes privados ou contribuições de outras entidades públicas.

17. Nos termos da legislação específica, **não** se inclui nas atribuições do Conselho de Administração:

A) promover e incentivar a participação de instituições públicas e privadas na formação e realização da política fundiária
B) apresentar parecer conclusivo, aprovando ou não as contas do ITERJ, ao término do seu período de atuação, independentemente de o mesmo procedimento ser adotado quando do encerramento do exercício financeiro
C) compatibilizar a ação do ITERJ com as normas e diretrizes da Política Agrária Nacional
D) propor a celebração de convênios de cooperação técnica e a promoção de intercâmbio com entidades nacionais e estrangeiras
E) propor a política de atuação a ser executada nos assentamentos

18. Nos termos da Constituição Estadual, devem ocorrer incentivos a determinadas atividades no setor pesqueiro, dentre as quais cita-se:

A) aquicultura
B) equinocultura
C) pescocultura
D) camarocultura
E) vacumcultura

19. Com a realização da Rio mais 20 no ano de 2012, os olhares novamente são postos no Rio de Janeiro em tema ambiental. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro, quando ocorre a utilização de recursos naturais com finalidades econômicas para fins de custeio da fiscalização e recuperação dos padrões de qualidade ambiental, prevê a criação de:

A) imposto
B) taxa
C) contribuição
D) tarifa
E) preço

20. Nos termos da Política Urbana regulamentada pela Constituição do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que é assegurada, quanto às áreas faveladas e de baixa renda, como regra geral, **exceto**:

A) urbanização
B) regularização fundiária
C) titulação
D) remoção dos moradores
E) preservação do meio ambiente

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Para o armazenamento de sementes ortodoxas, o objetivo da secagem é:

A) facilitar a abertura dos frutos, auxiliando na liberação das sementes
B) tornar as sementes mais resistentes ao manuseio pela retirada de água
C) reduzir a umidade da semente até o grau adequado para o armazenamento
D) retirar a água da semente, apenas o suficiente para evitar sua germinação
E) reduzir o peso e o volume das sementes para facilitar o armazenamento

22. Para a produção de mudas de espécies florestais, a semeadura indireta apresenta como vantagens:

A) a necessidade de construção de sementeiras e a possibilidade da semeadura indireta para todas as espécies
B) a utilização de substrato mais propício à germinação e o maior aproveitamento das sementes
C) a utilização de sombreamento antes da repicagem e a necessidade de construção de sementeiras
D) a menor necessidade de irrigação nas mudas recém-repicadas e a utilização de substrato mais propício à germinação
E) a utilização do sombreamento após a repicagem e o maior aproveitamento das sementes

23. Na recuperação de áreas degradadas em que é necessário o plantio de mudas, é essencial adquirir mudas dentro dos padrões de qualidade. Dentre os parâmetros morfológicos que determinam a qualidade de mudas, citam-se:

A) a altura da parte aérea, o potencial hídrico das folhas e o potencial de regeneração das raízes
B) o potencial de regeneração das raízes, a matéria seca das mudas e o estado nutricional
C) o estado nutricional, o diâmetro do coleto e a matéria seca das mudas
D) o diâmetro do coleto, a matéria seca das mudas e a altura da parte aérea
E) o potencial hídrico das folhas, o diâmetro do coleto e o potencial de regeneração das raízes

24. Para a produção de mudas de espécies florestais, são realizadas adubações com diferentes propósitos. Ao rustificar uma muda para que esta adquira características que a permitam suportar as condições estressantes do campo, o viveirista deve:

A) reduzir a adubação com nitrogênio e aumentar a adubação com potássio
B) aumentar a adubação com nitrogênio e reduzir a adubação com cálcio
C) aumentar a adubação com nitrogênio, fósforo e potássio
D) reduzir a adubação com nitrogênio, fósforo e potássio
E) reduzir a adubação com potássio e aumentar a adubação com nitrogênio

25. Durante o processo de germinação, a absorção de água pelas sementes se dá, em geral, em três etapas, assim caracterizadas:

A) a primeira é um processo lento, a segunda é uma fase estacionária e a terceira é lenta novamente
B) a primeira e a segunda são fases lentas e a terceira é uma fase estacionária
C) a primeira é um processo rápido, a segunda e a terceira são fases estacionárias
D) a primeira é um processo rápido, a segunda é uma fase estacionária e a terceira é lenta
E) a primeira é um processo lento, a segunda é uma fase estacionária e a terceira é uma fase rápida

26. A Lei Federal 10.711, de 5 de agosto de 2003, dispõe sobre:

A) o Novo Código Florestal Brasileiro
B) a Utilização e Proteção da Vegetação Nativa do Bioma Mata Atlântica
C) o Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Brasileiro
D) o Sistema Nacional de Unidades de Conservação
E) o Sistema Nacional de Sementes e Mudas

27. Na fase de implantação de um povoamento florestal, é necessário ter atenção quanto aos aspectos relacionados à correção e adubação. Com relação à correção do solo para o plantio de um povoamento com uma espécie do gênero *Eucalyptus*, a aplicação de calcário é justificada, quando o solo apresenta:

A) necessidade de elevação do pH e altos níveis de cálcio e/ou magnésio
B) altos níveis de alumínio, independentemente do pH
C) altos níveis de alumínio e altos níveis de cálcio e magnésio
D) necessidade de redução do pH e baixos níveis de cálcio e magnésio
E) baixos níveis de cálcio e/ou magnésio, independentemente do pH

28. Micorriza é um termo genérico utilizado para definir a associação entre as raízes de espécies vegetais e alguns tipos de _____. As micorrizas podem estimular o crescimento das plantas pelo aumento na absorção de nutrientes, principalmente de_____.

Os termos que completam corretamente o trecho acima, respectivamente, são:

A) bactérias; nitrogênio
B) fungos; boro
C) animais; nitrogênio
D) fungos; fósforo
E) bactérias; fósforo

29. Com o acúmulo de experiências nas diversas áreas do conhecimento que desenvolvem trabalhos de conservação dos recursos naturais, é visível a necessidade de obtenção de maior diversidade genética dentro das espécies utilizadas nos projetos de recomposição e recuperação de áreas degradadas. Desta forma, recomenda-se que as sementes que originarão as mudas sejam coletadas de um número mínimo de indivíduos, os quais representem um tamanho efetivo (*Ne*) de 50, para que se tenha uma conservação genética de curto prazo. Com o objetivo de se ter um *Ne* igual a 50, considerando que os indivíduos não sejam aparentados; que em média cada matriz (árvore-mãe) recebe o pólen de quatro árvores-pais; e que os cruzamentos são aleatórios e isso ocorre em espécies alógamas, devemos coletar sementes, no mínimo, de:

A) 50 árvores
B) 12 árvores
C) 25 árvores
D) 100 árvores
E) 74 árvores

30. O termo utilizado na ecologia florestal, que remete à capacidade que um ecossistema possui de se recuperar de perturbações internas naturais ou provocadas pelo homem é _____. Uma _____ é aquela que após sofrer um grande impacto perdeu a capacidade de retornar naturalmente ao estado original ou a um equilíbrio dinâmico.

Os termos que completam corretamente o trecho acima, respectivamente, são:

A) recuperação, área perturbada
B) resiliência, área degradada
C) impacto ambiental, área degradada
D) regeneração natural, área perturbada
E) resistência, área desmatada

31. Em uma planta topográfica na escala 1/2500, foi medida graficamente uma área, encontrando-se 173,2 cm^2. O valor dessa área no terreno, em hectares, equivale a:

A) 5,4125
B) 8,5748
C) 9,3728
D) 10,8250
E) 12,2535

32. Calcule o azimute verdadeiro da direção $\overline{BC}$, sabendo que o azimute verdadeiro da direção $\overline{AB}$ é 148º 57' e que o ângulo horizontal $C\hat{B}A$ medido no sentido horário é 78º 44':

A) 52º 46'
B) 250º 13'
C) 125º 12'
D) 227º 41'
E) 272º 41'

33. No campo foi realizado um nivelamento geométrico linear simples com o objetivo de determinar a diferença de nível entre os pontos topográficos A e B. Com o nível de precisão corretamente estacionado na estação 01, a mira vertical sobre o ponto A foi visada, obtendo-se a leitura na mira de 1,58 m. Em seguida, a mira vertical foi posicionada sobre o ponto B, obtendo-se a leitura na mira de 2,43 m. Sabendo-se que a cota do ponto B é 15,42 m, a cota do ponto A corresponde a:

A) 19,01 m
B) 17,43 m
C) 16,27 m
D) 15,42 m
E) 14,15 m

34. O processo de interpolação de dados espaciais torna-se necessário quando o objetivo é:

A) melhorar a apresentação de imagens orbitais de diferentes sensores
B) preencher lacunas quando os dados espaciais existentes cobrem o domínio de interesse completamente
C) converter dados de observações pontuais em informações de campos contínuos
D) aumentar o intervalo temporal de coleta de dados no campo
E) gerar superfícies descontínuas entre dados da mesma área

35. Os atributos descritivos de cada objeto no banco de dados de modelo georrelacional são organizados na forma de uma tabela em que:

A) as colunas correspondem aos nomes dos atributos e as linhas, aos dados ou valores
B) as linhas representam os atributos de cada célula e as colunas, seus respectivos valores
C) as colunas representam as células de cada feição e as linhas, os seus atributos
D) as células se equivalem ao conjunto de dados e as colunas representam os valores de cada objeto
E) os atributos são relacionados aos objetos por meio de células georreferenciadas

36. Determinadas projeções cartográficas requerem certos cuidados na construção e manutenção da base de dados. O caso mais típico é o problema das zonas ou fusos da projeção UTM. Cada zona UTM tem seu próprio sistema de coordenadas planas, de modo que mapas separados por uma borda de zona não se articulam em termos de coordenadas planas. Nesses casos, a sugestão que representa uma solução para esse problema é:

A) reduzir a distância entre os dois fusos
B) estender a menor zona UTM a toda a região do projeto
C) eliminar os polígonos que não pertecem ao mesmo fuso
D) utilizar receptor GNSS de dupla frequência
E) dividir o projeto em dois ou mais projetos UTM, um para cada zona

37. As imagens de satélite estão se tornando cada vez mais úteis para estudos ambientais e cadastrais. No processamento digital dessas imagens efetuado em um programa de SIG (Sistema de Informações Geográficas), uma das funções necessárias é:

A) rotação radiométrica
B) realce por modificação de histograma
C) filtragem temporal
D) geração de modelos discretos
E) transformação de pixel em células

38. Segundo o Código Florestal (Lei n° 4.771/65), em áreas situadas entre 25º e 45º de inclinação (art. 10) é permitido:

A) suprimir a vegetação totalmente
B) explorar a floresta a corte raso
C) extrair toros, racionalmente
D) praticar agricultura livremente
E) praticar a pecuária extensivamente

39. Dispõe o art. 7°da Lei n° 4.771/65 (Código Florestal) que ato do Poder Público poderá declarar qualquer árvore imune de corte, motivado por:

A) localização, área basal, diâmetro e altura
B) beleza, condição de porta-sementes, área basal e volume
C) localização, raridade, beleza ou condição de porta-sementes
D) raridade, diâmetro, volume e altura
E) interesse de um grupo de pessoas, diâmetro e raridade

40. Os prazos máximos estabelecidos na Lei 11.284/06 para a gestão sustentável de florestas públicas (exceto serviços) são para a gestão direta e para a concessão florestal, respectivamente, de:

A) 5 e 50 anos
B) 10 e 30 anos
C) 20 e 60 anos
D) 10 e 40 anos
E) 20 e 30 anos

41. Em trabalhos de levantamento de vegetação, para calcular o valor de importância, utilizando a amostragem por parcelas, é necessário medir no campo, considerando que você dispõe de uma suta:

A) apenas a altura total
B) apenas o(s) diâmetro(s) ao nível do peito
C) a altura total e o(s) diâmetro(s) ao nível do peito
D) o(s) diâmetro(s) ao nível do peito da árvore e distância da árvore até o centro da parcela
E) o(s) diâmetro(s) ao nível do peito, a altura total da árvore e distância da árvore até o centro da parcela

42. Em fitossociologia florestal, para calcular o valor de importância, o parâmetro abaixo que se refere ao número de parcelas ou pontos quadrantes em que determinada espécie ocorre é:

A) frequência
B) dominância
C) densidade
D) riqueza
E) diversidade

43. Em relação aos incêndios, os três elementos básicos do triângulo do fogo são:

A) combustível, calor e imprudência
B) combustível, oxigênio e época seca
C) imprudência, calor e época seca
D) oxigênio, imprudência e época seca
E) oxigênio, calor e combustível

44. Em relação à prevenção da propagação do fogo em povoamentos florestais, a técnica que consiste em "barreiras naturais, tais como estradas ou cursos d´água, ou construções específicas para impedir ou dificultar a propagação dos incêndios, constituindo-se em linhas de controle utilizadas no combate aos eventuais incêndios" é chamada de:

A) construção e manutenção de aceiros
B) redução do material combustível
C) silvicultura preventiva
D) educação ambiental
E) queima controlada

45. Em relação aos sistemas agroflorestais utilizados no Brasil, é correto afirmar que:

A) os sistemas agroflorestais são utilizados em grande escala no Brasil, devido ao conhecimento desses sistemas pelos agricultores
B) os sistemas agrossilviculturais referem-se ao manejo do solo para cultivo agrícola, produção de pastagens com criação de animais e espécies florestais
C) o sistema Alley Cropping, também conhecido como sistema agroflorestal de cultivos em renques, é uma modalidade de sistema agrossilvicultural, em que espécies agrícolas são consorciadas nas ruas entre as linhas plantadas com espécies florestais arbóreas ou arbustivas
D) uma das principais vantagens das árvores nos sistemas agroflorestais é que estas, normalmente, apresentam sistema radicular superficial, favorecendo assim o processo de absorção de nutrientes pela ciclagem
E) em sistema agroflorestal usando eucalipto, o espaçamento de plantio deve ser inferior ao espaçamento de plantio do povoamento de eucalipto puro

46. Relacione os nutrientes apresentados na coluna da esquerda com o uso como fonte de adubação para a formação de povoamento de eucalipto, na coluna da direita:

1- Fósforo
2- Nitrogênio
3- Potássio
4- Boro

( ) de cobertura, para aumentar resistência das plantas à seca
( ) de arranque, fase inicial do plantio
( ) de cobertura, em solos com baixo teor de matéria orgânica
( ) de cobertura, usado em locais mais distantes da região litorânea e com período seco superior a 3 meses

A sequência correta é:

A) 4, 3, 2 e 1
B) 4, 1, 3 e 2
C) 2, 4, 3 e 1
D) 3, 1, 2 e 4
E) 3, 4, 1 e 2

47. As formigas do gênero _____ constituem a principal praga de formigas para a formação dos povoamentos florestais na região Sudeste do Brasil. Um dos métodos mais utilizados para o seu controle é o uso de _____.

Os termos que completam corretamente o trecho acima, respectivamente, são:

A) *Atta* e termonebulização
B) *Atta* e iscas formicidas granuladas
C) *Acromyrmex* e formicida em pó
D) *Acromyrmex* e termonebulização
E) *Acromyrmex* e iscas formicidas granuladas

48. Para recuperação de mata ciliar, a alternativa que apresenta as três espécies que são adaptadas a ambientes que sofrem inundações periódicas é:

A) *Inga laurina* (Sw.) Wild., *Cariniana estrellensis Kuntze* e *Apuleia leiocarpa* Macbr.
B) *Cecropia pathystachya* Trécul., *Cedrela fissilis* Vell. e *Cariniana estrellensis* Kuntze.
C) *Croton urucurana* Baill, *Anadenanthera macrocarpa* (Benth.) Brenan e *Apuleia leiocarpa* Macbr.
D) *Cecropia pathystachya* Trécul., *Croton urucurana* Baill e *Inga laurina* (Sw.) Wild.
E) *Inga laurina* (Sw) Wild., *Anadenanthera macrocarpa* (Benth.) Brenan e *Cedrela fissilis* Vell.

49. Ao utilizar o reflorestamento para melhorar as características do solo, a infiltração de água e o valor cênico da paisagem de um determinado local, a definição da composição das espécies é um dos principais fatores para alcançar os objetivos.

Sobre a composição das espécies é correto afirmar que se deve:

A) dar preferência às espécies arbóreas nativas da região, pois estas já estão adaptadas às condições edafo-climáticas
B) fazer uso de apenas espécies pioneiras, pois estas crescem mais rapidamente do que as secundárias e as clímaxes
C) dar prioridade ao uso de espécies de eucalipto, pois estas crescem mais rapidamente do que as espécies arbóreas nativas da flora brasileira
D) utilizar o plantio puro, devido à facilidade de manejo comparado ao plantio misto
E) utilizar espécies de fixadoras de nitrogênio.

50. Em um povoamento implantado via o plantio de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica, visando à restauração florestal, o parâmetro abaixo, que **não** constitui indicador de avaliação de formação do povoamento, a partir do 2º ano, é:

A) cobertura e infestação de plantas daninhas
B) crescimento dos indivíduos plantados
C) regeneração natural
D) presença de processos erosivos
E) presença de fauna